

MB GESTÃO PÚBLICA LTDA

EDITAL	Concurso Público - 01/2017
INSCRIÇÃO	679699
CARGO	FARMACÊUTICO DA FARMÁCIA DE MINAS
TIPO RECURSO	Contra questão da prova objetiva
DISCIPLINA	<i>Não possui disciplina</i>
DATA DE SOLICITAÇÃO	24/10/2017 às 00h 44min
PEDIDO	PORTANTO, PEDE-SE CORREÇÃO DO GABARITO PARA LETRA B, JÁ QUE UNIVERSALIDADE É UM PRINCÍPIO CONFORME A LEI Nº8.080/1990, ARTIGO 7º.
DESCRIÇÃO FATOS	<p>QUESTÃO 20</p> <p>No enunciado da questão diz: No SUS a legislação busca evidenciar PRINCÍPIOS E DIRETRIZES... Assinale a resposta CORRETA.</p> <p>São PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS, CONFORME LEI Nº8080 de 19 de Setembro de 1990 (em anexo), CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES, ARTIGO 7º, páginas 3 e 4 (ABAIXO E EM ANEXO).</p>
PROVA	1
QUESTÃO	20
DESCRIÇÃO	<p>Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:</p> <p>I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;</p> <p>II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;</p> <p>III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;</p> <p>IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;</p> <p>V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;</p> <p>VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;</p> <p>VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;</p> <p>VIII - participação da comunidade;</p> <p>IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:</p> <p>a) ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;</p> <p>b) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;</p> <p>X - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;</p> <p>XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de</p>

assistência à saúde da população;

XII - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência; e

XIII - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

XIV – organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras, em conformidade com a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.

(Redação dada pela Lei nº 13.427, de 2017).

NO QUE SE REFERE-SE AS LETRAS DO CADERNO DE PROVA:

A LETRA A ESTÁ ERRADA, POIS NÃO REFERE-SE A UM PRINCÍPIO NEM UMA DIRETRIZ. ALÉM DE QUE SERVIÇOS FILANTRÓPICOS E AS SEM FINS LUCRATIVOS TEM PREFERÊNCIA NO CONTRATO OU CONVÊNIO, PORÉM OS SERVIÇOS PRIVADOS NÃO FUNCIONAM COMO PÚBLICOS E SIM DE FORMA COMPLEMENTAR RESPEITANDO AS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO. A FRASE CORRETA CONFORME ARTIGO 199, PARÁGRAFOS 1º E 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CAPÍTULO II DA LEI Nº8080/1990 DA PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR DIZ:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei. § 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

CAPÍTULO II. DA PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR. ART. 24. PARÁGRAFO ÚNICO: A participação complementar de serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público. ART. 25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde - SUS.

A LETRA B, ESTÁ DE ACORDO COM A LEI Nº 8.080/90, OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES, ARTIGO 7º:

I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

A LETRA C, ESTÁ INCORRETA. A INTEGRALIDADE É UM PRINCÍPIO, PORÉM NÃO SIMBOLIZA O ROMPIMENTO COMO O MODELO EXCLUDENTE ANTERIOR.

A LETRA D, ESTÁ INCORRETA POIS NÃO HOUVE AUMENTO DE FINANCIAMENTO PARA OS PRINCÍPIOS DE UNIVERSALIDADE E INTEGRALIDADE.

MB GESTÃO PÚBLICA LTDA

ANEXO	http://areadocandidato.com.br/midias/recursos/1107/679699/lei-8080-19-setembro-1990-365093-normaatualizada-pl-pdf.pdf
RESPOSTA	Após a devida análise, a equipe de provas entendeu por acolher o recurso. Questão Anulada. A pontuação será considerada para todos os candidatos inscritos no cargo, nos termos do edital.
STATUS	Deferido